



INTERDISCIPLINARIDADE NA PROMOÇÃO DA SAÚDE

VIII Seminário Científico do Programa de Pós-Graduação em Promoção da Saúde da Unisc
II Encontro Internacional Interdisciplinar em Promoção da Saúde

XI Fórum de Discussão sobre Drogas:
Interlocuções internacionais: Cuidados de usuários na pandemia.
Integração entre os Programas de Pós Graduação em Promoção da Saúde
e o Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Psicologia

ISSN 2447-8075

DISCURSOS DE SUJEITOS TRANSSEXUAIS: BARREIRAS ENFRENTADAS PELO USO DE NOME SOCIAL AO ACESSAR SERVIÇOS PÚBLICOS

Ana Carolina Bienert
Iagro Cesar de Almeida
Analídia Rodolpho Petry
Guilherme Mocelin
Vera Elenei da Costa Somavilla
Lucas Vinícios Weiss
Ana Carolina Kessler

INTRODUÇÃO: a história da população trans (transexuais, travestis e transgêneros) é atravessada por vivências em meio a exclusão e violência social de diversos aspectos, evidenciadas em ambientes públicos e privados. Dessa forma, no âmbito da saúde, a discriminação e a hostilidade são as principais barreiras referidas por pessoas trans durante o acolhimento, onde é possível reconhecer um sistema regido por condutas biologicistas. Assim, fatores percebidos por esses pacientes na assistência, como o desrespeito ao nome social, podem contribuir com a histórica marginalização dessa população, salientando a carência de humanização promovida por profissionais atuantes. **OBJETIVO:** identificar nos discursos de sujeitos transsexuais, barreiras enfrentadas pelo uso de nome social ao acessar serviços públicos e suas consequências. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência, com abordagem qualitativa, (des)construída a partir de reuniões grupais realizadas em um ambulatório universitário de atenção à saúde da população LGBTTQIA+ localizado na região centro leste do Rio Grande do Sul, o qual realiza atendimentos presenciais e online à população transgênero e seus familiares. **RESULTADOS:** A Constituição Federal de 1988 determina medidas a todos os cidadãos para que não sofram privações de seus direitos por motivos de crença, cultura, convicção político-filosófica, gênero, sexualidade, dentre outros. Nesse contexto, a saúde trata-se de um direito humano universal e igualitário mas que, no âmbito prático, não é legitimado em sua totalidade, sendo o acesso à esse direito suprimido por concepções sociais, onde minorias de identidade sexual vivenciam o estresse crônico decorrente da estigmatização. Segundo levantamentos, 90,3% das pessoas trans já sofreram algum tipo de discriminação, sendo que, na saúde 27,4% delas não procuram atendimento por conta da sua identidade de gênero. A partir disso e influenciados por movimentos sociais, a Política Nacional de Saúde Integral LGBT surge para assegurar, dentre outras medidas, o respeito ao uso do nome social por indivíduos trans nos serviços de saúde. A medida postula que sejam incluídos nas fichas de atendimento e prontuário do paciente seu nome social, caso este venha a apresentar. Dessa maneira, a percepção do desrespeito à variação de pronomes e à diversidade na história clínica e social do paciente, assim como a negação à utilização do nome social, o preenchimento de formulários de maneira inadequada e até mesmo a negação no atendimento de indivíduos trans geram desconforto e imprimem fragilização na assistência quanto ao cumprimento do seu papel base.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Portanto, é na interação dinâmica entre a legislação e a prática do acolhimento na saúde onde surgem atitudes pautadas pela estruturação social heteronormativa e binária, impondo um “efeito cascata” na produção de sofrimento de pessoas trans, ilegitimando seus direitos, como o uso do nome social, agravando vulnerabilidades e segregando suas necessidades. Dessa forma, ressalta-se a importância de dissolver atitudes transfóbicas, já institucionalizadas, através do reconhecimento de suas estruturas, como modo de promover a diminuição de morbidades e a continuidade nos atendimentos. Assim, aparelhos de saúde poderão agir para a humanização e promover experiências mais positivas para todos e todas.

PALAVRAS CHAVE (4 - 6 PALAVRAS): Humanização da Assistência - Políticas Públicas de não Discriminação - Pessoas Transgênero - Acesso aos Serviços de Saúde

REFERÊNCIAS:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]. 5ed. Porto Alegre, RS. Artmed, 2014. Disponível em: <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>. Acesso em: 28/09/2021.

FREITAS, Maria Lucia C.; LOURAU, Julie. Nome social e esperança de cidadania à luz das transgeneridades. Universidade Católica do Salvador | Anais da 22ª Semana de Mobilização Científica - SEMOC, 2019. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/1306/1/NOME%20SOCIAL%20E%20ESPERAN%20C3%87A%20DE%20CIDADANIA%20C3%80%20LUZ%20DAS%20TRANSGENERIDADES.pdf>. Acesso em: 28/09/2021.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. Cadernos de Saúde Pública. Espaço temático: saúde e direitos da população trans. doi: 10.1590/0102-311X00111318. Scielo. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr3QL4tfvwZvqyKtysgt/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25/09/2021.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Brasil é o país que mais mata travestis e pessoas trans no mundo, alerta relatório da sociedade civil entregue ao UNFPA. Nações Unidas Brasil, 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/110425-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-travestis-e-pessoas-trans-no-mundo-alerta-relatorio-da>. Acesso em: 12/09/2021.